

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO AJUSTE A VALOR RECUPERÁVEL NOS ATIVOS DIVULGADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Francisco Freire Duarte¹

Romina Batista de Lucena de Souza²

Resumo

Este trabalho está centrado em evidenciar a profundidade que uma instituição financeira de grande porte e relevância da região sul do Estado do Rio Grande do Sul apresenta seus relatórios financeiros quanto aos ajustes a valor recuperável em seus ativos e quais foram os impactos decorrentes desta adoção no seu resultado. Por meio de estudo exploratório e descritivo, serão analisados os impactos decorrentes desta adoção, assim como validada a sua aderência à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01(2010), Redução ao Valor Recuperável de Ativos, nas demonstrações contábeis perante a sua identificação, mensuração e divulgação. Inicialmente, será providenciada uma revisão na legislação e nos conceitos que abordam os testes de *Impairment*, a partir do levantamento de referências que justifiquem os métodos adotados e permitam a sua comparação. Os resultados puderam demonstrar que o banco buscou evitar a assimetria de informações ao publicar aos usuários dos relatórios financeiros os impactos decorrentes da desvalorização de perdas e reversões em seus ativos financeiros, com maior destaque às operações de crédito, tendo em vista que, no período de análise de 2010 a 2012, não foram identificadas perdas que justificassem o registro no Ativo Imobilizado e no Intangível e com reflexo no seu resultado.

Palavras-Chave: Ajuste a valor recuperável. Teste de *Impairment*. NBC TG 01.

1 INTRODUÇÃO

Conforme destacou Iudícibus *et al* (2009, p. 262), o processo de globalização dos mercados comerciais e financeiros acabou influenciando de forma incisiva à convergência das normas contábeis, inicialmente nas empresas multinacionais, mas posteriormente exigindo

¹ Aluno do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Artigo apresentado para a disciplina TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - COA, como quesito parcial para a obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Profa. Dra. Romina Batista de Lucena de Souza, em Dezembro de 2013. (xicohd@hotmail.com)

² Orientadora: Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em Economia em Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (rominabls@gmail.com)

que as demais instituições e governos adotassem conceitos e normas semelhantes para garantir aos usuários da informação a capacidade da sua compreensão e comparação. Estes trabalhos iniciaram na década de 1970 com a criação do *International Accounting Standard Committee* (IASC) e da padronização de métodos entre os entes da Comunidade Europeia, com o conseguinte surgimento, em 2001, do IASB (*International Accounting Board Committee*) que contribui nesta promoção através da publicação das IFRS (*International Financial Reporting Standard*), ou padrões internacionais de relatórios financeiros, a serem implementadas pelos países da União Europeia a partir do final de 2005.

No Brasil, o alinhamento perante esse novo contexto surgiu com a alteração sobre a legislação societária promovida pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 quanto ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos fatos contábeis e sua apresentação nos relatórios financeiros das organizações. Dentre estes elementos trazidos à luz dos profissionais da contabilidade, pode-se destacar o teste de recuperabilidade de ativos, ou *Impairment Test*, que busca avaliar se aqueles ativos registrados nas demonstrações contábeis não estão com um valor superior ao de possível recuperação no tempo tanto pelo seu uso através de operações vinculadas à atividade da empresa, como por sua eventual venda. Conforme Souza *et al* (2009, p.2) destacam, tal método garante que seja incorporado ao valor do ativo a sua perda de capacidade de poder gerar benefícios futuros, conferindo às informações divulgadas maior qualidade para tomada de decisão dos usuários externos.

Souza *et al* (2009, p.2) ressaltam que a norma contábil que fundamenta o valor recuperável dos ativos provém do SFAS 121 (*Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets*) de 1995 e que foi substituído pelo SFAS 144 (*Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*) em 2001, além dos seguintes IAS 36 (*Impairment of Assets*) e FRS 111 (*Impairment of Fixed Assets and Goodwill*) de 1998.

Já no Brasil, conforme lembra Pereira (2011, p. 10), houve a publicação do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) e aprovado pela CVM por meio da Resolução 527/07, que representou o arcabouço normativo que justificasse a aplicação do teste de *Impairment* pelas empresas brasileiras já nos exercícios a partir de 2009. Com a revisão no IAS 36 promovido pelo IASB, houve a atualização que culminou no CPC 01 (R1) em agosto de 2010 e sua aprovação em outubro do mesmo ano através da Deliberação CVM 689, para as publicações realizadas a partir de 2010. Além disso, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou a divulgação desta norma por meio da NBCT T 19.10 – Redução ao Valor

Recuperável de Ativos, com a Resolução CFC nº 1.292/10, posteriormente alterada em 22 de março de 2011 pela Resolução CFC nº 1.329, em que foi aprovada a mudança da sigla da respectiva norma para NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com um número ainda pouco representativo de publicações, há a necessidade de se aprofundar trabalhos de pesquisa que procurem avaliar a adoção do CPC 01 (R1), tanto no reconhecimento, como na mensuração e evidenciação das perdas no valor recuperável dos ativos das entidades brasileiras. Este trabalho tem como objetivo verificar os impactos que a metodologia empregada nos testes de *Impairment* provocaram no resultado de uma instituição financeira, além de apontar se o que foi divulgado está alinhado com o que recomenda a legislação. Tal abordagem se justifica pela oportunidade produzida na qualidade da informação divulgada, na medida em que a organização se propõe a revelar o valor dos seus ativos o mais próximo do seu valor justo ou valor em uso. Quanto à aplicação da pesquisa, serão consideradas as demonstrações contábeis dos exercícios de 2010 a 2012 divulgadas pela instituição em seu endereço eletrônico no espaço de Relacionamento com Investidores³, onde deve ser destacado o limite de acesso à informação, disponibilizado pela instituição ao mercado e aos seus usuários externos, sem quaisquer tipos de informação privilegiada.

O artigo terá um capítulo para revisão de conceitos relevantes para interpretação da norma do CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, além de contribuição de alguns artigos que revisaram o valor recuperável nas demonstrações contábeis de empresas. Em seguida deve ser apresentada a metodologia a ser adotada. No capítulo posterior, serão apurados os dados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul disponibilizados em seus relatórios financeiros padronizados dos exercícios de 2011 e de 2012, ao que for pertinente aos testes de *Impairment* apresentados, além dos seus reflexos sobre o resultado da entidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo é destinado a realizar uma breve revisão de alguns itens que serão a base para a análise das informações da instituição alvo deste trabalho. Inicialmente serão abordadas informações sobre os Pronunciamentos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade, onde

³ <http://ri.banrisul.com.br>

será descrita a relevância dos reportes pelas entidades para os agentes avaliarem os dados patrimoniais e financeiros que permitam a sua tomada de decisão; segue-se vinculando os princípios contábeis à necessidade de ajustar o valor dos ativos ao seu valor recuperável; será realizada a conceituação de alguns elementos base como ativo, passivo e patrimônio líquido; e, por fim, será feita uma abordagem mais minuciosa da NBC TG 01 – Ajuste a Valor Recuperável, revendo-se definições e exigências.

2.1 Divulgação de informações e elementos contábeis

A publicação das demonstrações contábeis pelas empresas de capital aberto assume grande relevância para a percepção pelos agentes do mercado da situação patrimonial e financeira e o respectivo desempenho da entidade no período divulgado, o que lhes garante a possibilidade de comparar tanto a evolução histórica da estrutura da empresa como sua performance perante a concorrência. Como descrito no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), as informações disponibilizadas nos relatórios financeiros geram utilidade na medida em que garantem uma tomada de decisão mais assertiva e uma avaliação adequada dos ativos, passivo, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa.

As informações divulgadas devem contemplar os elementos definidos no CPC 26 (R1) de continuidade, de regime de competência, de materialidade e agregação, de compensação de valores e de comparabilidade. Especificadamente para este estudo, destaca-se que o item 54 do pronunciamento exige a apresentação das contas em que será verificado o ajuste de redução ao valor recuperável: clientes e outros recebíveis, imobilizado e intangível.

Para facilitar a compreensão dos elementos a serem analisados no ajuste dos valores recuperáveis no ativo do balanço da entidade, torna-se necessária a revisão conceitual de determinados itens que são elementos base da posição patrimonial. Conforme descrito pelo CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, os componentes principais do Balanço Patrimonial: (1) o ativo, que representa tudo aquilo que for de controle da empresa, oriundo de algum evento anterior, onde se espera que provenham futuros benefícios econômicos; (2) o passivo, que corresponde a um dever atual da organização, advindo de um fato passado, cuja liquidação provoque a retirada de alguma posição que seria capaz de gerar benefícios econômicos; e (3) o patrimônio líquido, que se configura como o “interesse residual” nos ativos após a total dedução dos respectivos passivos da empresa. Outros termos também

expressos no *Framework*⁴ são os relativos à performance ou resultados: (1) as receitas congregam as elevações nos benefícios econômicos durante a apuração do resultado, através do aumento nos ativos ou redução nos passivos, de forma a majorar o patrimônio líquido; (2) já as despesas assumem as reduções dos benefícios econômicos apurados no período contábil, seja por uma retirada de ativos ou pela entrada de passivos, que acabam comprimindo o patrimônio líquido⁵.

De forma complementar, Iudícibus (2009) considera que para compreender a definição de ativo, inevitavelmente são associados os conceitos de propriedade ou posse, onde fica vinculado à entidade o direito exclusivo de gozo de seus futuros benefícios econômicos. Conforme destacam Zandonai e Borba (2009), após o registro de compra de determinado ativo pelo seu custo de aquisição, o seu uso recorrente, as oscilações de mercado, os avanços tecnológicos e a consequente perenidade de alguns elementos podem provocar a redução parcial ou total dos benefícios a serem gerados, o que exige da administração da empresa que se providencie a correta apuração do valor em saldo na conta destes bens.

2.2 Os princípios contábeis

A intenção de reconhecer, mensurar e evidenciar o valor correto dos ativos, ajustando-os com base em seu valor recuperável revela a intenção que a contabilidade, enquanto ciência, procura em apurar o valor correto do patrimônio da entidade, a partir de informações contábeis úteis, que contribuam aos usuários para sua tomada de decisão. Dentre os princípios que norteiam e fundamentam as Normas da Contabilidade Brasileira, aqueles que estão mais próximos e que suportam a NBC TG 01 (2010) são os princípios da oportunidade e da prudência.

O primeiro corresponde à tentativa de se mensurar e apresentar os elementos patrimoniais que gerem informações íntegras e tempestivas, de forma que seja garantido a sua relevância e confiabilidade. Enquanto que o segundo orienta que, em situações de incerteza, evite-se a superestimação de receitas e do ativo ou subestimação de despesas e do passivo, adotando-se sempre o menor valor para as contas do ativo e o maior valor para as do passivo,

⁴ Termo correlato às Normas Internacionais, onde o IASB descreve a estrutura conceitual em *The Conceptual Framework for Financial Reporting*, o equivalente ao CPC 00 (R1).

⁵ Tanto receita como despesa ao provocarem oscilações no patrimônio líquido, não se relacionam a eventos que estejam relacionados a contribuições ou a distribuições dos instrumentos patrimoniais.

quando houver alternativas igualmente válidas de mensuração que acarretem em alteração no patrimônio líquido.

2.3 Ajuste a Valor Recuperável

Conforme destacam Iudícibus *et al* (2010), não é possível nem recomendada a manutenção do registro de determinado ativo em valor que supere sua magnitude econômica. Para este caso nem os ativos intangíveis⁶ com vida útil definida, estão fora do espectro de análise e teste de ajuste e redução do valor recuperável.

Com a aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 20 de agosto de 2010 e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 07 de outubro de 2010 da publicação da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (2010)⁷ – Redução ao Valor Recuperável, a adoção pelas empresas entrou em vigor para os valores apurados no encerramento do exercício do ano corrente. O foco principal do documento prevê que as organizações garantam que não haja a divulgação nos saldos contábeis das contas ativas de seus relatórios financeiros montantes que excedam os seus respectivos valores de recuperação.

Os autores Zandonai e Borba (2009) revelam que uma das alternativas de mensuração das perdas prováveis com a desvalorização de ativos é o teste de *Impairment*, a partir da comparação do seu valor contábil e seu valor justo, de forma a garantir que o conceito teórico de geração de benefícios futuros de longo prazo à entidade seja mantida.

Quanto ao alcance da norma, a NBC TG 01 (2010) relaciona apenas as contas que não estão contempladas para o registro do ajuste decorrente de perda de desvalorização, tendo em vista que há regras específicas que atendem o seu registro, mensuração e oscilação no preço: (1) os estoques; (2) os ativos oriundos de contratos da construção civil; (3) os ativos fiscais diferidos; (4) os ativos de planos de benefícios a empregados; (5) os ativos financeiros (à exceção dos classificados como controladas, coligadas, ou controlados em conjunto); (6) a propriedade para investimento calculada pelo valor justo; (7) os ativos biológicos vinculados à atividade agrícola e registrados ao valor justo líquido de despesa de venda; (8) o custo de

⁶ Segundo o Pronunciamento do CPC 04 – Ativo Intangível, revela que, como regra geral, os ativos intangíveis com vida útil definida ou indefinida devem estar sujeitos às regras e orientações estabelecidas no Pronunciamento CPC 01 ou respectiva Norma NBC TG 01, ou seja, de que os ativos passem por testes que evidenciem a sua capacidade e gerar benefícios econômicos futuros à empresa – também denominado *Impairment Test*.

⁷ Substituiu o CPC 01 de 14 de setembro de 2007.

aquisição diferido e os ativos intangíveis provindos de direitos contratuais de companhias de seguros; e (9) os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.

Dentre os conceitos abordados na norma NBC TG 01 (2010) alguns são destacados no item “definições” e uma revisão no seu significado contribui para melhorar o entendimento, identificação e avaliação das informações publicadas pela entidade a ser analisada posteriormente. Considera-se um “Mercado Ativo” aquele que contemplar todas as situações relacionadas: os bens e serviços comercializados são homogêneos, os agentes de oferta e demanda habilitados para transações podem ser localizados no instante que exigir a negociação, e o público tem acesso livre às cotações dos preços. Outro termo relevante é o “Valor Contábil” de determinada conta, que corresponde à cifra resultante do saldo reconhecido em relatório financeiro líquido de depreciação, amortização, ou exaustão acumuladas e o consequente ajuste para perdas.

A norma NBC TG 01 (2010) segue na contribuição de outros importantes conceitos, a “Unidade Geradora de Caixa” se refere ao menor lote de ativos que promovem a entrada de recursos de caixa independentemente (ou parcialmente) de outros ativos ou grupo de ativos. O “Valor Justo Líquido de Despesa de Venda” representa a soma que pode ser auferida pela venda de determinado ativo ou unidade geradora de caixa em possível negócio onde os agentes são conhecedores e interessados, com a dedução das despesas estimadas da transação. Já o “Valor em Uso” é o somatório dos fluxos de caixa futuros descontados de um ativo ou unidade geradora de caixa. Por fim, é possível compreender o significado do termo chave “Valor Recuperável” de um ativo ou unidade geradora de caixa, como aquele que for o maior saldo entre o seu correspondente valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Desta forma, um ativo estará superestimado quando seu registro contábil exceder o montante do seu valor de recuperação, através do uso ou da venda deste ativo. Neste caso, configura-se a necessidade da apuração e reconhecimento de ajustes para perdas.

2.3.1 Identificação

Conforme mencionado anteriormente, a norma NBC TG 01 (2010) caracteriza um ativo como desvalorizado sempre que seu valor contábil superar o recuperável, em que orienta as empresas a providenciarem uma avaliação em cada período de publicação que identifique este tipo de ocorrência e, caso diagnosticado, seja estimado o valor recuperável deste ativo. Além disso, fica definida a execução de um teste anual, no mínimo, para apurar e evidenciar a

redução ao valor recuperável: (1) de um ativo intangível que tenha vida útil classificada como indefinida ou que ainda não esteja disponível para uso; e (2) do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura⁸ oriundo de combinações de negócios.

Para apurar em teste que seus itens estão com os saldos contábeis desajustados e com a necessidade de passar por ajuste de desvalorização, a norma NBC TG 01 (2010) recomenda que sejam considerados alguns elementos mínimos que contribuam para sinalizar tal situação:

- Quanto ao período de coleta de eventos e informações externas à realidade da empresa:
 - a) Houve redução relevante e além da expectativa no valor de mercado do ativo em virtude do seu uso ou da questão temporal;
 - b) Oscilações de impacto negativo à entidade ocorreram ou há fortes sinais da proximidade da sua incidência, no âmbito de mercado, tecnológico, legal ou econômico que possam afetar os negócios da empresa ou o uso do ativo;
 - c) Foi registrada uma majoração significativa na taxa de juros do mercado ou nas taxas de retorno sobre os investimentos, que provocariam um ajuste na taxa de desconto para apuração do valor em uso de determinado ativo e que acabaria acarretando em uma redução contundente no seu valor recuperável.
 - d) Apuração do valor contábil o patrimônio líquido da entidade revela que está demasiadamente superior àquele cotado por meio de suas ações no mercado de capitais.
- Quanto ao período de coleta de eventos e informações internas à realidade da empresa:
 - a) Houve percepção clara do quadro de obsolescência ou algum tipo de dano físico sobre o material do ativo;
 - b) Oscilações de impacto negativo à entidade ocorreram ou há fortes sinais da proximidade da sua incidência, na forma pelo qual o ativo é utilizado, de maneira que se torne obsoleto ou ocioso, exija sua baixa ou descontinuidade da operação;
 - c) Análise fundamentada em evidências internas de que o desempenho econômico do ativo seja ou fique muito aquém do esperado.
- Quanto aos dividendos de controlada, coligada ou empreendimentos controlados em conjunto, a investidora, com base em relevantes evidências:

⁸ Goodwill.

- a) Percebe que o valor contábil do seu investimento nos relatórios financeiros em separado é maior que os saldos contábeis dos ativos líquidos reconhecidos nas demonstrações consolidadas, já considerando o *goodwill*;
- b) Verifica que o dividendo acabou superando o total do lucro abrangente da controlada, coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

Há certo grau de subjetividade nas análises quanto às evidências apuradas em relatórios internos, na medida em que o critério para identificar a sinalização da relevância do descolamento do preço do ativo com seu saldo contábil. A NBC TG 01 (2010) orienta que a desvalorização de algum elemento deve contemplar a ocorrência e evidenciação de alguns fatos e registros:

- a) O valor presente dos fluxos de caixa esperados que indiquem a necessidade de montante muito superior de caixa para operá-lo ou mantê-lo frente ao que foi anteriormente orçado;
- b) O fluxo de caixa líquido realizado ou o resultado operacional apurado for muito pior daquilo que havia sido orçado;
- c) Redução relevante nos fluxos de caixa orçados ou no resultado operacional;
- d) Manutenção de prejuízos operacionais ou saída de caixa líquida, quando apurado o agregado do valor orçado para o futuro.

2.3.2 Mensuração

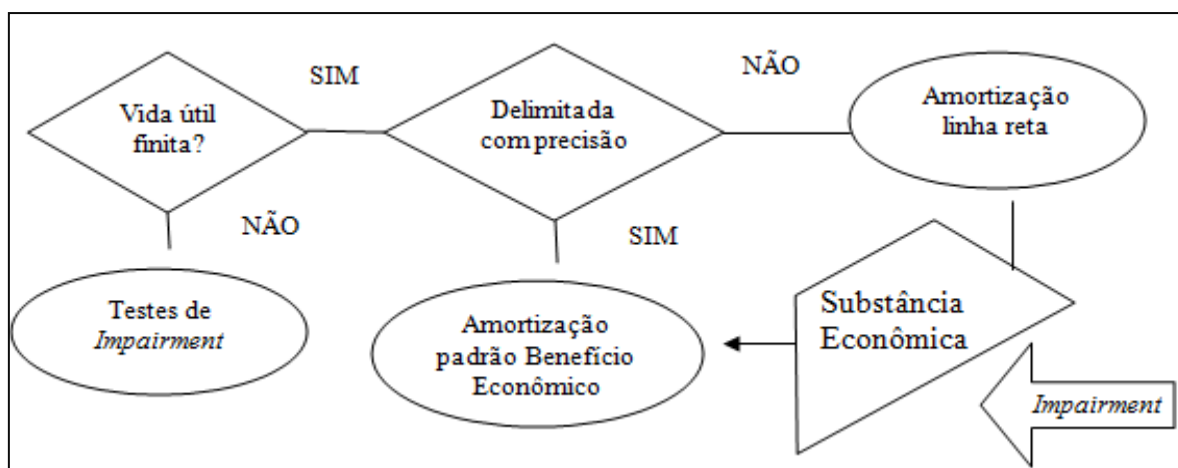
Sempre que ou o valor justo líquido de despesa de vendas ou o valor em uso superar o valor contábil, não há desvalorização do ativo. Surgem alguns inconvenientes na medida em que o mercado em que o ativo foi adquirido tiver baixa liquidez, não for um mercado ativo, que prejudica a qualidade e confiabilidade da estimação do valor justo líquido de despesa de venda, fazendo com que o valor em uso se torne a referência para o valor recuperável do ativo. A orientação da NBC TG 01 (2010) é que a estimativa possa provir de suporte estatístico e de cálculos sintéticos que permitam aproximar, de forma detalhada e registrada, o montante esperado para o valor recuperável.

2.3.2.1 Ativos Intangíveis com Vida Útil Indefinida

Conforme descrito anteriormente, a NBC TG 01 (2010) estabelece o teste mínimo anual para ativos intangíveis com vida útil indefinida, no entanto, o cálculo do exercício anterior poderá ser repetido caso forem atendidos alguns requisitos concomitantemente: (1) não houver geração de caixa decorrente do uso contínuo e os ativos e passivos oriundos da unidade geradora não sofrerem mudança representativa; (2) o valor recuperável do ativo superar significativamente o valor contábil do ativo; (3) for remota a probabilidade de que as oscilações percebidas no exercício corrente provoquem a redução do valor recuperável a ponto de se tornar menor que o respectivo saldo contábil.

No caso específico de ativos intangíveis, Iudícibus *et al* (2010, p. 268) descrevem um ciclo em um quadro que orienta a sua contabilização:

Figura 1: Contabilização de Ativo Intangível.



Fonte: Iudícibus *et al* (2010, p. 268)

2.3.3 Valor Justo Líquido de Despesa de Venda

Zandonai e Borba (2009) destacam que o conceito de valor justo vem sendo discutido por muitos autores no meio acadêmico e concluem que pode ser definido como o montante em que elemento patrimonial da entidade pode ser transacionado em um mercado eficiente e com agentes racionais. Isto vem em consonância ao teor de subjetividade que o ramo contábil

vem absorvendo a partir das publicações de melhores práticas e de governança corporativa recomendadas e emitidas em pronunciamentos do FASB e IFRS⁹.

A NBC TG 01 (2010) considera o valor justo líquido de despesa de venda representado no valor de um contrato de venda firme em negócio com bases comutativas, onde os agentes sinalizam interesse e acesso à informação, descontando-se as despesas relativas à transação. Na inexistência efetiva de tal acordo, pode-se apurar a cotação em mercado ativo em uma determinada oferta de compra corrente, ou o valor mais recente registrado para uma transação, caso não tenha havido mudanças significativas no cenário atual. Se estes parâmetros não puderem ser observados, orienta-se que consulte operações com ativos semelhantes, que contemple o mesmo ramo, sem estabelecer o caso de uma venda forçada.

2.3.4 Valor em Uso

A norma NBC TG 01 (2010) busca alicerçar fundamentos de risco para considerar o valor em uso de um ativo. Primeiramente, devem-se estimar os fluxos de caixa futuros que a empresa espera auferir; em seguida o elemento de mercado pauta, a partir da variável taxa de juros, uma vez que se consideraram os reflexos das expectativas da curva de juros e suas oscilações irão impactar no valor presente deste fluxo, assim como a taxa livre de risco¹⁰; a variável crédito é representada pelo prêmio que deve ser absorvido ao preço, em virtude das incertezas próprias do ativo/emissor; já a variável liquidez, contempla expectativa da realização efetiva das entradas de recursos. Os passos definidos são a criação do fluxo de entradas e saídas oriundas do uso contínuo do ativo analisado, com sua conseguinte baixa final, e a incidência da taxa de desconto em cada vértice projetado.

As projeções a serem realizadas devem ter fontes externas de suporte de dados, além de serem fundamentadas com base em previsões descritas em orçamentos financeiros recentes, com cenários definidos por área competente. Além disso, compete à administração avaliar a qualidade e aderência das premissas que serviram de base para as projeções, além de verificar o resultado de cálculos anteriores, confrontando realizado com orçado.

⁹ FASB (*Financial Accounting Standards Board*) e IFRS (*International Financial Reporting Standards*) são organizações internacionais, sem fins lucrativos, que buscam padronizar e harmonizar os procedimentos da contabilidade financeira de empresas privadas e não governamentais.

¹⁰ Corresponde à taxa de desconto dos fluxos, que deverá refletir o valor do dinheiro no tempo, no mercado brasileiro este referencial é atribuído à taxa Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou à taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), divulgada pela Cetip; e dos riscos específicos do ativo.

2.3.5 Reconhecimento

A norma NBC TG 01 (2010) descreve como regra geral que o reconhecimento da perda por desvalorização de um ativo precisa ser realizado no instante que o teste for registrado na demonstração do resultado do exercício, à exceção dos casos de ativos que tenham sido reavaliados, onde o ajuste ocorre na conta outros resultados abrangentes. Após o reconhecimento, é preciso revisar os lançamentos de depreciação, amortização e exaustão, corrigindo o valor contábil do elemento.

A norma NBC TG 01 (2010) especifica dois casos distintos para identificação e reconhecimento: (1) a unidade geradora de caixa deve ter o seu valor residual estimado para o ativo individual, ou se não for possível, a empresa precisa localizar o menor agregado de ativos que contribuem para as entradas de caixa e forma independente, e o seu valor contábil será atribuído somente a estes ativos que estão diretamente relacionados à geração de fluxos futuros para estimação do valor em uso; (2) o ágio por expectativas de rentabilidade futura corresponde a benefícios econômicos futuros que se originaram de outros ativos obtidos por meio de combinações de operações ou negócios que não podem ser identificados individualmente e que não conseguem ser reconhecidos de forma separada, estando vinculado a uma unidade geradora de caixa e sofrendo testes sempre que a unidade indicar desvalorização¹¹.

2.3.6 Divulgação

De acordo com a NBC TG 01 (2010), é necessário que as empresas publiquem as informações listadas abaixo segregadas por classe de ativos¹²:

- a) O total em perdas por desvalorização registrada no resultado do exercício e sua respectiva linha do relatório;
- b) O total das reversões¹³ de perdas por desvalorização registrado na demonstração do resultado e sua respectiva linha;
- c) O total de perdas por desvalorização de ativos apurados em outros resultados abrangentes;

¹¹ Neste caso, deve ser excluído o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura para a comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa.

¹² Concentração de ativos por natureza e sua aplicação dentro das operações da organização.

¹³ Caso uma desvalorização de período deixar de existir ou ter sido reduzida, após análise de fatores internos e externos, deve ser revertida, aumentando-se o valor contábil do ativo (exceto para *goodwill*).

- d) O total de reversões por desvalorização de ativos apurados em outros resultados abrangentes.

Além dos dados anteriores, é incentivado na NBC TG 01 (2010) que as entidades publiquem as premissas que são a base para a definição do valor recuperável de ativos, mas também é exigido¹⁴ pela norma que as empresas publiquem os seguintes dados para cada perda oriunda de desvalorização ou reversão diagnosticada no período de reporte:

- a) A situação ou motivo que justificaram o registro ou a reversão da perda;
- b) O valor total apurado por desvalorização ou reversão;
- c) No caso de um ativo individual: sua natureza e o segmento.
- d) Para uma unidade geradora de caixa: sua descrição, montante por classe e segmento de ativos;
- e) Caso o valor recuperável for o seu correspondente valor justo líquido de despesa de venda, com detalhamento da base para a sua apuração, ou o seu valor em uso, determinando-se a taxa de desconto utilizada para cálculo.

Machado *et al* (2013) ressaltam que a maioria das empresas de capital aberto fazem uso das Notas Explicativas como fonte de informação aos usuários externos no que se refere aos procedimentos adotados para análise de possíveis desvalorizações em seus ativos. A Deliberação da CVM n.593/2008 que aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, onde destaca que a administração das entidades deve estar ciente da necessidade de divulgações adicionais para minimizar a possibilidade de informações assimétricas no mercado. Desta forma, Machado *et al* (2013) constatam que os procedimentos anuais adotados pelas organizações para identificação e mensuração do valor recuperável de seus ativos devem ser divulgados, mesmo não sendo reconhecida a perda ou reversão, é preciso que suas justificativas, premissas e fundamentos sejam apresentados para que os agentes tenham plena capacidade de interpretação das circunstâncias de continuidade da firma.

A partir da revisão dos conceitos que norteiam o tema de pesquisa foi possível verificar a relevância e o contexto em que está inserida a necessidade de avaliar os valores registrados no ativo das organizações, de forma a evidenciar sua desvalorização por meio de testes para gerar reportes e relatórios financeiros contábeis úteis para a contribuir à adequada tomada de decisão dos usuários externos.

¹⁴ É exigido também que as empresas publiquem informações das estimativas de cálculo para apuração do valor recuperável de uma unidade geradora de caixa quando o ágio por expectativa de rentabilidade futura ou o ativo intangível de vida útil indefinida estiverem contemplados no valor contábil da organização.

3 METODOLOGIA APLICADA

Segundo Severino (2007, p.117), a pesquisa científica deve ser alicerçada por um conjunto de técnicas e métodos que sustentem o processo de geração do conhecimento. O fundamento epistemológico e os direcionadores da investigação variam conforme a modalidade de estudo o objeto de análise, o que exige do investigador a identificação dos tipos de pesquisa a serem adotados.

Matias-Pereira (2010, p.48) ressalta que, depois de formulado o problema de pesquisa, sejam definidos os tipos de informações necessários para o prosseguimento da fundamentação do trabalho e, conseqüentemente, o tipo de pesquisa que deverá ser adotado. Dentre os abordados pelo autor, dois tipos de estudos estão mais alinhados ao tipo de pesquisa proposto: os estudos exploratórios, que iniciam a pesquisa e onde se verifica a validade ou existência de determinado fato; enquanto que os estudos descritivos correspondem à investigação dos fenômenos inerentes ao problema, com a consecutiva exposição de todos os elementos que possam diferenciá-los ou justificá-los.

Quanto aos métodos de pesquisa elencados por Matias-Pereira (2010, p.70), podem ser definidos aqueles a serem utilizados no trabalho de acordo com cada tipo de classificação delimitado pelo autor. Quanto à natureza, considera-se a pesquisa avançada, uma vez que concerne ao estudo aplicado a solucionar questões específicas de casos práticos. Já na forma de abordagem dos pontos a serem desenvolvidos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na medida em que se torna evidente que haja uma relação entre a questão objetiva (dados publicados nos relatórios financeiros) e a subjetividade (a norma que revela como deve se reconhecer, mensurar e evidenciar o valor recuperável de um ativo), onde o ambiente de publicidade é de domínio público para a coleta de informações e o pesquisador assume o papel de analisar os dados e o processo, sem aplicar o uso de ferramentas estatísticas.

Do ponto de vista dos objetivos, este artigo tem caráter tanto exploratório como descritivo, primeiramente porque exige um levantamento de referências bibliográficas que justifiquem e facilitem a compreensão dos fundamentos na análise de casos, e a conseguinte descrição aprofundada do assunto referido, com a definição de padrões normativos que permitam comparar as variáveis estudadas com as coletadas.

Os procedimentos técnicos a serem adotados envolvem os circunscritos à pesquisa bibliográfica, ou seja, como referido por Matias-Pereira (2010, p.71) corresponde ao exame

de documentos já publicados, principalmente livros e artigos científicos de periódicos, onde foram coletadas referências acadêmicas sobre o tema do teste de *Impairment*. Além disso, é necessária que seja realizada uma pesquisa documental, de informações que não sofreram qualquer tipo de tratamento analítico, como normas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as demonstrações contábeis de instituições financeiras registradas na CVM e publicadas entre 2010 e 2012, disponíveis nos sítios eletrônicos das mesmas no ambiente de relações com investidores.

De acordo com a Deliberação CVM nº 539/2008, as Notas Explicativas visam contribuir com dados auxiliares e adicionais que atendam às necessidades de seus usuários, de tal forma que em complementaridade à NBC TG 01, devem ser nestes relatórios que as entidades devem divulgar seus procedimentos de avaliação anual do valor recuperável de seus ativos, assim como os motivos e premissas.

A coleta de dados se dará por meio da observação de determinada realidade, mas este processo se dará sobre uma amostra das informações disponíveis, tendo em vista a dimensão do universo de escolhas e a extensão do campo de pesquisa. Já que a população, tal como descreve Matias-Pereira (2010, p.75), corresponde à totalidade dos indivíduos disponíveis com mesmas características, enquanto que uma amostra representa uma parte deste universo, seccionada a partir de determinada regra previamente definida.

A empresa a ser analisada é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., sociedade de economia mista, banco múltiplo de grande porte, com maior participação e grau de penetração no Estado do Rio Grande do Sul, embora com presença em outros estados do país e agências no exterior. A pesquisa será realizada nas demonstrações contábeis divulgadas pela instituição nos anos de 2010¹⁵ a 2012, extraindo-se todos os dados financeiros que impactaram o resultado e que tenham vínculo aos testes de ajuste a valor recuperável dos seus ativos, ou seja, todos os efeitos advindos na adoção pela organização do CPC 01 (R1) e IAS 36. A escolha desta instituição se deu de forma aleatória, o que corresponde uma amostra probabilística, como ressaltado por Matias-Pereira (2010, p.75), uma amostra causal que podem representar a população.

Para verificar se ocorreu e como foi reconhecido, revertido, mensurado e evidenciado o ajuste a valor recuperável, deve ser adotada a abordagem qualitativa em consonância aos critérios definidos nas normas: NBC TG 01, Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário

¹⁵ Em atendimento à Instrução nº 457/07 da CVM (alterado pela Instrução CVM nº 485/10) que orientou as companhias abertas brasileiras a publicarem suas demonstrações contábeis consolidadas no padrão IFRS.

Nacional e Resolução nº 3.566 do Banco Central do Brasil. Destaca-se ainda, que há uma limitação neste trabalho quanto ao acesso às informações e critérios de evidenciação e mensuração por parte da instituição, uma vez que a base de dados e pesquisa está concentrada em tudo aquilo que foi divulgado ao mercado, ou seja, o pesquisador correspondeu a um usuário externo.

Com base em estudos anteriores deste tema foi possível condensar as informações relevantes para análise e evidenciação dos objetivos deste trabalho. Será providenciada uma tabela que aponte a evolução dos procedimentos recomendados na NBC TG 01 pelo banco e os consequentes impactos no resultado da instituição, decorrentes das perdas ou das reversões dos testes de *Impairment*. Abaixo segue descrita a Tabela 1 – “Evidências para Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de perdas de acordo com a NBC TG 01”, em que estão listadas a exigências contidas na norma para que a entidades realizem o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação da perda de redução ao valor recuperável de seus ativos. Esta será a referência de análise e pesquisa sobre a instituição, de forma a buscar alcançar os objetivos previstos deste trabalho:

Tabela 1 - Evidências para Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de perdas de acordo com a NBC TG 01

Item	Descrição das Exigências	2010	2011	2012
1	Registro em Nota Explicativa da adoção da NBC TG 01 em suas práticas contábeis			
	• Para cada classe de ativos			
2	Valor da perda reconhecida			
3	Linha correspondente na Demonstração do Resultado			
4	Valor das perdas com desvalorização de ativos reavaliados e registrados no resultado abrangente (PL)			
	• Para cada ativo individual ou UGC (unidade geradora de caixa)			
5	Valor da perda reconhecida			
6	Eventos que motivaram seu reconhecimento			
7	Explicitar se o valor recuperável corresponde ao valor justo líquido de despesa de venda ou valor em uso			
8	Caso item 07 seja referenciado ao valor justo líquido de despesa de venda, a base para determinação			
9	Caso item 07 seja referenciado ao valor em uso, a taxa para desconto usada na estimativa			
10	Se ativo individual, a sua natureza			
11	Se UGC, sua descrição			
	• UGC que contenha ágio (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida (AIVI)			

12	O valor contábil do ágio apropriado à UGC			
13	O valor contábil do AIVI apropriado a UGC			
14	A referência de determinação do valor recuperável: valor justo líquido de despesa de vendo ou valor em uso			
	• Reversões			
15	Valor revertido			
16	Premissas abordadas			
	• Caso as perdas reconhecidas ou revertidas não forem materiais			
17	Classe de ativos afetados			
18	Eventos que motivaram o reconhecimento e/ou reversão			
19	Audítores Independentes			
20	Perdas Líquidas de Desvalorização de Ativo			
21	Provisão <i>Impairment</i> / Receita com Juros			
22	Provisão <i>Impairment</i> / Lucro Líquido			

Fonte: Elaborado pelo autor em consonância à NBC TG 01, com adaptações de metodologias aplicadas por Souza *et al* (2011), Tavares *et al* (2010), Sales *et al* (2012), Machado *et al* (2013) e Pereira (2011).

Os itens elencados na Tabela 1 – “Evidências para Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de perdas de acordo com a NBC TG 01” será investigado nas demonstrações contábeis completas, mais especificamente, nas notas Explicativas dos anos de 2011 a 2012 da entidade, através do site de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br), pelo acesso em “Informações aos Investidores” e “Divulgação dos Resultados”.

A análise se dará pela verificação: da adoção da empresa da norma NBC TG 01; da divulgação das informações por classe de ativos; ou por ativo individual ou UGC; ou das UGC com *goodwill* ou AIVI; das reversões de desvalorização consideradas; da motivação para o reconhecimento ou reversão e perdas, mas não registro financeiro nos reportes; além dos auditores independentes responsáveis; assim como do impacto sobre o resultado da instituição ao considerar o *Impairment* sobre seus ativos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul foi fundado em 12 de Setembro e 1928, até o primeiro semestre de 2013 foi apurado um lucro líquido de R\$ 419,7 milhões, o patrimônio líquido de R\$ 4.887,7 milhões, em que apresenta mais de 480 agências pelo Brasil e exterior (444 apenas no Rio Grande do Sul) e conta no seu quadro funcional mais de 11.870 colaboradores. A instituição aderiu ao Nível 1 de Governança corporativa da BM&FBovespa

em 2007, conforme destacam Machado *et al* (2013), percebe-se a iniciativa em atender voluntariamente as melhores práticas e regras adicionais às exigidas pela legislação brasileira e orientações dos pronunciamentos técnicos. Além disso, a organização participa de oito índices da bolsa, inclusive o Ibovespa.

Após a verificação dos dados contidos nas Notas Explicativas divulgadas pela página de Relações com Investidores do Banrisul S.A. (www.banrisul.com.br), foi realizada a análise das informações no que concerne ao assunto de perdas registradas ou revertidas pela desvalorização do valor realizável de seus ativos e, posteriormente, foram relacionadas a incidência e ausências em consonância a NBC TG 01 conforme Tabela 02: “Resultado da coleta de Evidências de Identificação do Teste de *Impairment*” a seguir:

Tabela 2: Resultado da Coleta de Evidências de Identificação do Teste de *Impairment*

Item	Descrição das Exigências	2010	2011	2012
1	Registro em Nota Explicativa da adoção da NBC TG 01 em suas práticas contábeis	Sim	Sim	Sim
	• Para cada classe de ativos			
2	Valor da perda reconhecida	Sim	Sim	Sim
3	Linha correspondente na Demonstração do Resultado	Sim	Sim	Sim
4	Valor das perdas com desvalorização de ativos reavaliados e registrados no resultado abrangente (PL)	Não	Não	Não
	• Para cada ativo individual ou UGC (unidade geradora de caixa)			
5	Valor da perda reconhecida	Não	Sim	Sim
6	Eventos que motivaram seu reconhecimento	Não	Sim	Sim
7	Explicitar se o valor recuperável corresponde ao valor justo líquido de despesa de venda ou valor em uso	Não	Não	Não
8	Caso item 07 seja referenciado ao valor justo líquido de despesa de venda, a base para determinação	-	-	-
9	Caso item 07 seja referenciado ao valor em uso, a taxa para desconto usada na estimativa	-	-	-
10	Se ativo individual, a sua natureza	Não	Sim	Sim
11	Se UGC, sua descrição	-	-	-
	• UGC que contenha ágio (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida (AIVI)			
12	O valor contábil do ágio apropriado à UGC	Não	Não	Não
13	O valor contábil do AIVI apropriado a UGC	Não	Não	Não
14	A referência de determinação do valor recuperável: valor justo líquido de despesa de venda ou valor em uso	Não	Não	Não
	• Reversões			
15	Valor revertido	Sim	Sim	Sim
16	Premissas abordadas	Sim	Sim	Sim
	• Caso as perdas reconhecidas ou revertidas não forem materiais			

17	Classe de ativos afetados	Sim	Sim	Sim
18	Eventos que motivaram o reconhecimento e/ou reversão	Sim	Sim	Sim
19	Auditores Independentes	Deloitte	Ernst Young Terco	Ernst Young Terco
20	Perdas Líquidas de Desvalorização de Ativo	-R\$ 344.426	-R\$ 463.468	-R\$ 676.285
21	Provisão <i>Impairment</i> / Receita com Juros	7,49%	8,12%	11,32%
22	Provisão <i>Impairment</i> / Lucro Líquido	45,30%	49,61%	81,12%

Fonte: Demonstrações Contábeis do Bannisul S.A. disponíveis no site de Relações com Investidores

Primeiramente, deve-se destacar que a partir de 2011 a entidade iniciou a publicação de suas demonstrações contábeis em dois formatos: as denominadas “Demonstrações Contábeis Completas”, apresentadas na norma brasileira de contabilidade (BRGAAP); e as “Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS” que são apresentadas em consonância ao IFRS. Destaca-se que os reportes em que estão fundamentadas as análises são correspondentes ao segundo tipo de publicação, tendo em vista a sua aderência tanto à NBC TG 01, como a IAS 36. Os valores apontados para o ano de 2010 foram relacionados nas demonstrações do ano seguinte, sendo possível sua identificação e análise com a adoção das práticas estabelecidas pelo padrão IFRS.

Em ambos os tipos de publicações disponibilizadas pelo banco, há clara descrição de que é adotada a NBC TG 01 (CPC 01) para avaliação de valor recuperável dos seus ativos, atendendo ao item 1 da análise do trabalho. Deve-se destacar que, em virtude de alguns pronunciamentos de agentes regulatórios nacionais gerarem incompatibilidade com a norma internacional, a Demonstração Financeira em IFRS sofreu alguns ajustes relevantes no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado. Os que são pertinentes a este trabalho correspondem à divergência na interpretação do conceito para a mensuração da provisão para as operações de crédito: de “perda esperada” sobre os critérios de avaliação qualitativa aos clientes recomendados pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional de modelagem de *rating*; e de “perda incorrida”, com clara indicação de redução de valor de eventos efetivamente incorridos aos o reconhecimento do ativo financeiro, tal qual como previsto como IFRS no IAS 36. Outros elementos motivaram estes ajustes, mas que fogem do escopo deste trabalho, sendo relevante por algumas discrepâncias evidenciadas nos saldos de algumas contas contábeis nos distintos relatórios.

Quanto às informações das Demonstrações Financeiras de 2010 a 2012, as principais práticas contábeis estão sinalizadas com as intenções da entidade para o registro das perdas

decorrentes de operações de crédito, tal como previstos pela Resolução CMN nº 2.682/99¹⁶. Além disso, no Ativo Imobilizado são realizados procedimentos de revisão anual para detecção de perdas no valor recuperável dos ativos, e que se identificados serão reconhecidos no resultado. Quanto aos Ativos Intangíveis, foram descritos essencialmente como contratos de prestação de serviços bancários¹⁷ e aquisição de *softwares*, ambos com vida útil definida e os quais a instituição não identificou perdas em seus respectivos valores recuperáveis, nem registros de Ativos Intangíveis de Vida Útil Indefinida (AIVI).

No ano de 2010, foi assinalado que os impactos decorrentes da aplicação da norma internacional de contabilidade, especificamente para o CPC 01, ficariam restritos às observadas nas operações de crédito. Neste caso, é mencionada a realização das baixas das operações de crédito de nível H para a conta de compensação em R\$ 479.865 mil (Tabela 3 abaixo) e as reversões de recebimento de R\$ 135.439 mil, em face do lucro líquido apurado no exercício no montante de R\$ 760.253 mil. Neste exercício foi encerrado o ciclo de auditoria externa da empresa Deloitte e iniciou-se em 2011 o ciclo da Ernst Young Terco.

Nas Demonstrações Financeiras de 2011, houve maior refinamento das análises quanto aos impactos decorrentes de desvalorização pela recuperabilidade dos ativos. Os métodos de avaliação tiveram suas especificações ampliadas e passaram a contemplar de forma mais abrangente. Os testes de *Impairment* são descritos como realizados anualmente ou sempre que eventos indicarem que o valor contábil estiver superior ao correspondente valor justo líquido de vendas ou ao valor em uso. A percepção de indícios objetivos de perdas permanentes é motivação para que estes valores sejam reconhecidos no resultado (salvo ativos reavaliados, que não foram o caso na entidade).

Nos dados apontados para 2011, a entidade listou (Nota 2.11) as estimativas e os julgamentos contábeis que sinalizaram inflexões nas expectativas de eventos futuros para os ativos financeiros, revelando-se que sua fundamentação é baseada na experiência histórica de perdas em ativos de risco (*rating*) semelhante. Neste exercício de reporte, conforme a Tabela 3 listada abaixo, a provisão para *Impairment* apurada no resultado foi de R\$ 589.852, com reversão de créditos baixados como prejuízo de R\$ 126.384 mil, com um efeito líquido de R\$ 463.468 mil, diante do lucro líquido de R\$ 934.171 mil, o que corresponde a 49,61%. Este

¹⁶ Na Resolução CMN 2.682/99 estão descritas as regras para classificação das operações de crédito, assim como para provisão de créditos de liquidação duvidosa. As operações devem ser ordenadas em forma crescente de AA – H, com base em variáveis quantitativas e qualitativas relacionadas na norma. Os atrasos superiores a 180 dias (risco H) mantidos após seis meses, devem ter seus saldos transferidos para conta de compensação .

¹⁷ Na sua maioria configurada pela compra da folha de pagamentos de entidades públicas, como autarquias e prefeituras.

aumento de mais de R\$ 110 milhões em provisão de perdas, ou um crescimento de quase 23% de um ano para outro, de acordo com o relatório financeiro é fruto da expansão promovida pela instituição no volume da carteira de empréstimos e adiantamento aos clientes.

Nos relatórios do exercício de 2012, conforme descrito na Tabela 3 abaixo, há um significativo aumento de 41,4% na provisão de *Impairment*, um incremento de mais de R\$ 244 milhões, motivado tanto pela consistente subida no volume da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, como pela elevação nas perdas incorridas. Além disso, a reversão de baixas também foi superior, passando para R\$ 157.605 mil, com um impacto líquido de R\$ 676.285, que correspondeu a 81,12% do lucro líquido deste ano em R\$ 833.709 mil. Nas Notas Explicativas, houve uma melhora na definição dos critérios de identificação, metodologia e premissas da política contábil da entidade sobre ativos não financeiros, com os de vida útil indefinida, o Imobilizado e o Intangível.

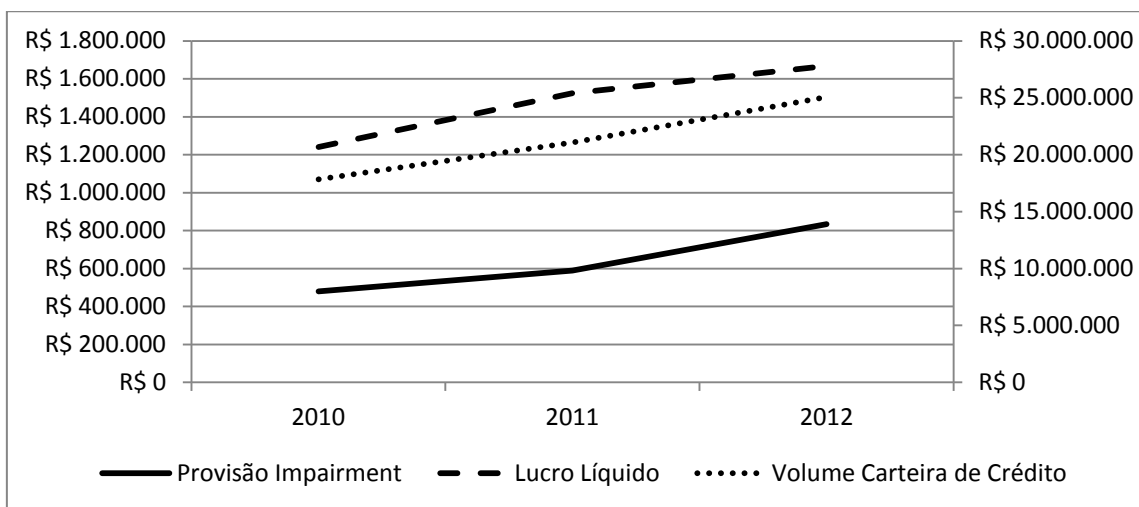
Tabela 3: Conciliação para *Impairment* de Ativos Financeiros (em R\$ milhares)

	2012	2011	2010
Saldo Inicial da Provisão para <i>Impairment</i>	1.073.009	912.362	876.948
Provisão para Perda no Valor Recuperável	833.890	589.852	479.865
Empréstimos Baixados	(555.080)	(429.205)	(444.451)
Saldo Final da Provisão para <i>Impairment</i>	1.351.819	1.073.009	912.362

Fonte: Demonstrações Contábeis Banrisul S.A. compiladas pelo autor.

As informações levantadas foram lançadas nos Gráfico 1 abaixo, onde é possível identificar a trajetória de crescimento do volume de crédito da carteira da instituição, alinhada à estratégia descrita nos reportes de aumento dos negócios e sustentação da capacidade de atendimento dos seus clientes, embora acompanhada pela expansão das provisões de *Impairment* que contribuiriam para arrefecer a aceleração do resultado.

Gráfico 1: Evolução do Lucro Líquido, Carteira de Crédito e Provisão para *Impairment* (em milhares)



Fonte: Demonstrações Contábeis Banrisul S.A. compiladas pelo autor.

Com vistas a evidenciar os itens 2 a 11, a Tabela 4 “Composição da provisão de *Impairment* por tipo de avaliação de perda” revela que para os anos de 2011 e 2012 houve a discriminação dos ativos nos critérios individuais e por classe de operações de crédito que serviriam de base para a provisão do *Impairment*. Os valores apurados de perda e reversão de desvalorização foram registrados e destacados em linha específica da Demonstração do Resultado do Exercício, conforme listado nos anexos. No caso da instituição analisada, não foram referidas as perdas de posições reavaliadas, o que não motivou ajuste no resultado abrangente.

No item 06 da Tabela 2, tanto para os exercícios de 2011 e 2012, o banco listou os critérios que indicaram a realização de teste de *Impairment* sobre os ativos financeiros (Nota 2.11):

- Inadimplência dos pagamentos do principal e juros;
- Indicação através de indicadores financeiros considerados desfavoráveis;
- Violação de cláusulas ou termos previstos em empréstimos (*covenants*);
- Início de processo de falência;
- Sinalização de piora na posição competitiva do devedor.

Além destes elementos, a entidade revela que há revisão periódica e regular da metodologia adotada e premissas consideradas. No que se refere à política operacional da instituição, está estabelecida a revisão mínima anual dos saldos registrados para os seus ativos individuais, onde é realizada avaliação naquelas posições consideradas relevantes. Já a análise

coletiva ocorre por agrupamento de risco de crédito equivalente, conforme os critérios próprios de segmentação.

Ainda na Tabela 2, outro elemento que filtra a base para a realização de testes de *Impairment* no exercício de 2012 sobre os ativos financeiros é o levantamento das operações de crédito vencidas em até 60, que ficam fora do cálculo para a provisão da desvalorização de recuperabilidade de valor dos ativos, desde que não haja algum tipo de sinalização contrária. Já no reporte de 2012, a metodologia sofreu uma adaptação, onde passaram a serem desconsideradas as operações vencidas em até 120 dias. O relatório apresenta ainda as posições de crédito segregadas por faixas de vencimento em: vencidos em até 30 dias, vencidos de 31 a 60 dias, e vencidos de 61 a 120 dias.

Tabela 4: Composição da provisão de *Impairment* por tipo de avaliação de evidência de perda

Ano 2012	<i>Impaired</i>		<i>Não Impaired</i>		Total	
	Carteira	<i>Impairment</i>	Carteira	<i>Impairment</i>	Carteira	<i>Impairment</i>
Análise Individual						
Clientes Significativos	115.648	99.665	756.393	54.738	872.041	154.403
Análise Coletiva						
Pessoa Física	282.340	256.543	11.050.235	395.593	11.332.575	652.136
Credito Pessoal	272.837	250.126	9.154.078	371.560	9.426.915	621.686
Cartão de Crédito	4.330	2.641	59.309	7.962	63.639	10.603
Imobiliário	5.173	3.776	1.836.848	16.071	1.842.021	19.847
Pessoa Jurídica	226.666	170.122	8.024.855	254.335	8.251.521	424.457
Conta Garantida	28.310	23.158	566.574	31.171	594.884	54.329
Empréstimos e Financiamentos	198.356	146.964	7.054.448	210.659	7.252.804	357.623
Imobiliário	-	-	403.833	12.505	403.833	12.505
Crédito Especializado	2.343	1.711	2.470.152	52.961	2.472.495	54.672
Instituições Financeiras	-	-	1.514.604	17.898	1.514.604	17.898
Dependências no Exterior	-	-	60.928	-	60.928	-
Total	626.997	528.041	23.877.167	775.525	24.504.164	1.303.566
Ano 2011	<i>Impaired</i>		<i>Não Impaired</i>		Total	
	Carteira	<i>Impairment</i>	Carteira	<i>Impairment</i>	Carteira	<i>Impairment</i>
Análise Individual						
Clientes Significativos	37.354	33.905	84.428	17.146	121.782	51.051
Análise Coletiva						
Pessoa Física	326.919	326.919	8.009.001	272.239	8.335.920	599.158
Credito Pessoal	306.223	306.223	6.605.339	267.356	6.911.562	573.579
Cartão de Crédito	10.069	10.069	43.000	1.913	53.069	11.982
Imobiliário	10.627	10.627	1.360.662	2.970	1.371.289	13.597
Pessoa Jurídica	210.382	210.382	7.273.353	103.655	7.483.735	314.037
Conta Garantida	28.282	28.282	505.623	8.152	533.905	36.434
Empréstimos e Financiamentos	182.100	182.100	6.401.676	95.503	6.583.776	277.603
Imobiliário	-	-	366.054	-	366.054	-
Crédito Especializado	1.842	1.842	2.179.030	82.721	2.180.872	84.563
Instituições Financeiras	-	-	2.201.005	-	2.201.005	-
Dependências no Exterior	-	-	69.860	-	69.860	-
Total	576.497	573.048	19.816.677	475.761	20.393.174	1.048.809

Fonte: Demonstrações Contábeis Banrisul S. A., compiladas pelo autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a proposta de revisar alguns conceitos contábeis que estão inseridos à realidade da NBC TG 01 de ajustar o valor dos ativos das entidades que não forem recuperáveis no futuro. A IAS 36 foi a norma internacional que fundamentou a criação pelo Conselho Federal de Contabilidade do CPC 01. Conforme Domingues e Godoy (2012), as empresas precisam realizar testes anuais sobre seus ativos para evidenciar a sua perda de substância econômica com base em metodologia própria, embora atendendo às recomendações dos agentes regulatórios de coleta de evidências internas e externas. As perdas oriundas da desvalorização dos ativos devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do exercício de reporte, à exceção daqueles itens que já sofreram processo de reavaliação, em que o registro será direcionado a outros resultados abrangentes.

Conforme salientado por Machado *et al* (2013), uma das grandes relevâncias e contribuições advindas com a NBC TG 01 para a avaliação de perdas de valor recuperável dos ativos registrados nas demonstrações financeiras das entidades é a iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade em consonância e aderências às práticas internacionais de minimizar a assimetria de informações entre os agentes e usuários relatórios contábeis (*stakeholders*). Desta forma, tanto o lucro como reportes devem refletir a realidade financeira e patrimonial das operações da entidade, atendendo os princípios contábeis de oportunidade e prudência.

Uma das possíveis causas que justifiquem a ausência de informações pode estar ligada a questões técnicas e operacionais, já que Sales *et al* (2012) descreve que, em virtude da ausência explícita do detalhamento do cálculo na normas e legislações, os administradores podem considerar complexa a metodologia de apuração das perdas de desvalorização dos ativos e unidades geradoras de caixa, para calcular o seu valor em uso ou valor justo.

O Banrisul S.A é uma sociedade anônima de economia mista que está sob a regulação do Tribunal de Contas do Estado, mas também deve publicar suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo às normas e práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, além de prestar contas à sociedade, a acionistas e aos demais interessados (*stakeholders*).

O banco reconheceu a NBC TG 01 nas suas demonstrações financeiras, registrando a provisão de *Impairment* segundo a perda incorrida, motivada pela desvalorização do saldo contábil do ativo frente ao seu valor justo líquido de despesa de vendas ou valor em uso, indicando-a em linha específica na Demonstração do Resultado. Além disso, conforme em

critérios elencados nos relatórios de 2011 e 2012, foram registradas as reversões de baixas com perdas das operações de crédito.

Para o Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, foram descritos os processos de verificação de indícios que sinalizassem anormalidades que comprometeriam as expectativas de seus benefícios futuros, onde seriam realizados testes ao menos anuais para avaliação. Nos dois casos, para o período de 2010 a 2012 não foram identificados, mensurados ou reconhecidos estes efeitos. Destacando-se ainda, que não havia registro de ativos reavaliados que exigissem o lançamento de provisão de *Impairment* no resultado abrangente.

Percebeu-se uma evolução nas demonstrações financeiras publicadas, no início em 2010, o impacto de mais de R\$ 479 milhões foi o menor dos três anos, correspondendo a 45,3% do lucro líquido e 7,49% da receita com juros. A preocupação da instituição no crescimento do volume da carteira de crédito pode ter motivado maior relaxamento nos critérios de concessão, tendo em vista os consequentes aumentos nas provisões de desvalorização na recuperabilidade de ativos, passando para mais de R\$ 589 milhões em 2011 e R\$ 833 milhões já em 2012. Mesmo com a modificação nos critérios da política de testes de *Impairment*, que passou de 60 para 120 dias de inadimplência, houve um aumento de 41% nas provisões, que passaram a representar a 81,12% do lucro líquido do exercício de 2012.

Pelo Gráfico 1 foi possível identificar que o projeto de crescimento dos negócios e atendimento aos clientes, com a estratégia de expansão da carteira de crédito por meio de aquisições de financeiras, como o caso da Credmatone Promotora de Vendas em 2011 e com a captação externa de mais R\$ 900 milhões que viabilizaram a execução das premissas do planejamento estratégico. No entanto, as provisões de perda de recuperabilidade de alguns destes ativos acompanhou esta evolução de forma consistente, refletindo num incremento de provisão de *Impairment* que quase dobrou de 2010 para 2012, e que contribuiu para que o resultado no banco não acompanhasse de forma alinhada a essa evolução.

A política de crédito do banco usa como critério a perda esperada dos seus ativos, com base em estimativas de experiências passadas, nas garantias associadas à transação, nas receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação e no tempo e custos indiretos; no entanto, para a divulgação da provisão do teste de *Impairment*, os reportes devem ser realizados segundo as perdas incorridas, o que motivou a divulgação de dois relatórios: um no padrão BRGAPP e outro no padrão IFRS. A análise das informações publicadas foi realizada sobre o segundo. Os ativos contemplados pela avaliação de perdas de valor recuperável foram

fundamentalmente os financeiros, mais especificadamente, as operações de crédito, com inadimplência superior a 60 dias (exercícios de 2010 e 2011) e 120 dias (ano de 2012).

De uma forma geral, apenas no ano de 2010 houve algumas lacunas quanto a disponibilização de critérios e procedimentos para entendimento dos testes de *Impairment*. Os Ativos Intangíveis com Vida Útil Indefinida foram itens que não foram contemplados para reconhecimento, mensuração e evidenciação pela entidade. Houve a discriminação dos ativos por natureza, de forma individual e coletiva, onde foram revelados os métodos internos de segregação.

A convergência das normas internacionais é uma realidade das empresas de capital aberto e a apuração do valor íntegro e correto dos seus ativos registrados permite que os usuários possam avaliar com maior precisão a qualidade dos seus ativos financeiros, o seu grau de alavancagem e a sua capacidade de gerar liquidez.

Seria interessante verificar em trabalhos futuros se os impactos em instituições financeiras de mesmo segmento (varejo), campo de atuação (regional) e tamanho (grande porte) dos registros de provisão de *Impairment* sobre o seus resultados são semelhantes, além de se apurar as aderências à NBC TG 01 quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 2.682/99**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_P.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2013.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. **Demonstrações Financeiras – 2010**. Disponível em: http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/arquivos/Banrisul_CadernoBalanco_DocCompilado_4T10_PT.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2013.

_____. **Demonstrações Financeiras – 2011**. Disponível em: http://www.mzweb.com.br/banrisul/web/arquivos/Banrisul_Compilado_4T11_PT.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2013.

_____. **Demonstrações Financeiras – 2011 – Completas em IFRS**. Disponível em: http://www.banrisul.com.br/bob/download/RI/Banrisul_IFRS_2011_PT.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2013.

_____. **Demonstrações Financeiras – 2012**. Disponível em: http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/default_download.asp?NArquivo=Banrisul_Documento_Completo_4T12_PT.pdf&arquivo=063DA955-ED00-4DF7-AEB2-1C0E31D489ED. Acesso em 15 de novembro de 2013.

_____. **Demonstrações Financeiras – 2012 – Completas em IFRS**. Disponível em: http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/default_download.asp?NArquivo=Caderno_DF_IFRSC_VM_2012.pdf&arquivo=725DF29B-A81E-4DB9-93DB-A868C81ABD46. Acesso em 15 de novembro de 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM 593 – Aprovação do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, 14 de março de 2008. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli593.pdf>. Acesso em 17/09/2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**. NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável, 20 de agosto de 2010.

_____. NBC TG – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, 01 de abril de 2008. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1121.doc. Acesso em 17/09/2013.

_____. NBC TG 04 – Ativo Intangível, 02 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1303.doc. Acesso em 17/09/2013.

_____. NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, 15 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1185.doc. Acesso em 17/09/2013.

_____. Resolução 750 – Princípios Fundamentais de Contabilidade, 31 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_750.doc. Acesso em 17/09/2013.

DOMINGUES, J.; GODOY, C. Redução ao Valor Recuperável de Ativos: um Estudo nas Empresas do Setor Petrolífero Mundial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v. 6, n. 4, p. 351 – 366, out/dez. 2012. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/306/679>. Acesso em 09/10/2013.

HENDRIKSEN, E. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, E. CRUZ, A. TAKAMATSE, R. LIMA, G. Evidências de *Disclosure* de Valor Recuperável de Ativos em Firms Listadas no Mercado Acionário Brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.9, n.1, p. 86-103, jan/mar, 2013. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2899>. Acesso em 09/10/2013.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia de pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, M. L. S. S. **Teste de Recuperabilidade de Ativos: análise da conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 36 e do CPC 01 (R1)**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011. Disponível em:

<http://www.ibracon.com.br/premiouniversitario/pdf/vencedora2011.pdf>. Acesso em 01/04/2013.

SALES, I; ANDRADE, L.; IKUNO, L. *Impairment* e o Setor de Energia Elétrica: Características da Evidenciação Contábil. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 4, n. 1, p. 120 – 137, jan-jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1913/1340>. Acesso em 05/04/2013.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; BORGERT, A. Perda no Valor Recuperável de Ativos: Uma Análise dos Reflexos nos Indicadores Econômicos e Financeiros no Setor Elétrico Brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.115- p. 129, jan/abr, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/61>. Acesso em 01/04/2013.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; DUTRA, M. H. **Uma verificação das informações sobre o *Impairment test* nas demonstrações financeiras padronizadas (CVM) e no relatório 20-F (SEC) das empresas brasileiras que negociam na bolsa de valores dos Estados Unidos**. 2009. Disponível em <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/2CCF/20080716213851.pdf>. Acesso em 15/04/2013.

TAVARES, M.; RIBEIRO FILHO, J.; LOPES, J., VASCONCELOS, M. PEDERNEIRAS, M. Um Estudo sobre o Nível do Conformidade dos Setores Classificados pela Bovespa com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan/jun, 2010. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/810/803> Acesso em: 07/03/2013.

ZANDONAI, F. BORBA, J. O que dizem os achados das pesquisas empíricas sobre o teste de *Impairment*: uma análise dos *Journals* em língua inglesa. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 12, n.1 jan/abr., 2009. Disponível em www.spell.org.br/documentos/download/8415. Acesso em 14/11/2013.

ANEXO A – Demonstração do Resultado Consolidado de 2010 a 2011 e de 2011 a 2012

**Demonstração Consolidada do Resultado
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Notas Explicativas estão apresentadas em “Milhares de Reais”, exceto quando indicado.

	Nota	2011	2010
Receitas com Juros e Similares		5.711.197	4.596.645
Despesas com Juros e Similares		(2.578.685)	(1.925.824)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	8	3.132.512	2.670.821
Receita de Dividendos		2.312	2.700
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros		(541)	55.657
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo no Resultado		(541)	55.657
Resultado de Variação Cambial de Transações no Exterior		86.340	23.661
Receita de Prestação de Serviços	9	725.327	668.334
Perdas com Ativos Financeiros		(463.468)	(344.426)
Provisão para <i>Impairment</i>	16 (g)	(589.852)	(479.865)
Recuperação de Crédito Baixado para Prejuízo		126.384	135.439
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.113.455)	(1.949.114)
Despesas de Pessoal	10	(1.163.062)	(1.016.062)
Outras Despesas Administrativas	11	(723.072)	(726.238)
Despesas Tributárias		(232.322)	(203.998)
Outras Receitas Operacionais	12	241.592	176.839
Outras Despesas Operacionais	13	(236.591)	(179.655)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		1.369.027	1.127.633
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	14	(434.856)	(367.380)
Corrente		(487.440)	(372.518)
Diferido		52.584	5.138
Lucro Líquido do Exercício		934.171	760.253

Demonstração Consolidada do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em Milhares de Reais

	Nota	2012	2011
Receitas com Juros e Similares		5.973.979	5.711.197
Despesas com Juros e Similares		(2.507.586)	(2.578.685)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	21	3.466.393	3.132.512
Receita de Dividendos		2.552	2.312
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros	22	98.573	(541)
Resultado de Variação Cambial de Transações no Exterior		(29.902)	86.340
Receita de Prestação de Serviços	23	828.116	725.327
Perdas com Ativos Financeiros		(676.285)	(463.468)
Provisão para <i>Impairment</i>	9 (e)	(833.890)	(589.852)
Recuperação de Crédito Baixado para Prejuízo		157.605	126.384
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.531.343)	(2.113.455)
Despesas de Pessoal	24	(1.309.300)	(1.163.062)
Outras Despesas Administrativas	25	(832.027)	(723.072)
Despesas Tributárias		(258.189)	(232.322)
Resultado de Participação em Coligadas	11	1.207	-
Outras Receitas Operacionais	26	235.356	241.592
Outras Despesas Operacionais	27	(368.390)	(236.591)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		1.158.104	1.369.027
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	28	(324.395)	(434.856)
Corrente		(475.716)	(487.440)
Diferido		151.321	52.584
Lucro Líquido do Exercício		833.709	934.171

Fonte: Demonstrações Contábeis Bannrisul S. A.